



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12698 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT15 - Educação Especial

TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR:
PROBLEMATIZAR PARA NÃO RETROCEDER

Vanir Peixer Lorenzini - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

TRABALHO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: PROBLEMATIZAR PARA NÃO RETROCEDER

Resumo: Neste trabalho apresentamos pesquisa cujo objetivo foi apreender as concepções que fundamentam o trabalho pedagógico da Educação Especial - EE no atendimento educacional especializado (AEE), realizado na escola regular. Ancoramos nossa investigação e a análise no materialismo histórico-dialético. Compreendemos o trabalho pedagógico como trabalho e como formação humana, com base na Pedagogia Histórico-Crítica e na perspectiva Histórico-cultural. Como procedimentos de pesquisa, utilizamos análise documental, balanço de produção acadêmica e depoimentos de grupo focal. Na análise de dados identificamos a permanência das concepções médico-pedagógica e psicopedagógica, assim como a concepção liberal de educação, tanto nos dispositivos legais, quanto na produção acadêmica e na atuação docente. Também identificamos a defesa do trabalho colaborativo em sala de aula como estratégia alternativa para o AEE, realizado prioritariamente em sala de recursos multifuncionais (SRM), sem contrapor-se aos fundamentos do trabalho pedagógico desenvolvido. Com estas apreensões defendemos a tese da existência de um consenso, formulado a partir da publicação da *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* - PNEEPEI (BRASIL,2008), disseminado nos diferentes âmbitos investigados. As críticas que identificamos, ainda que isoladas, oferecem pistas com potencial para problematizar tal consenso, em defesa de uma formação humana omnilateral, em projeto societal e educacional anticapitalista.

Palavras-chave: Trabalho Pedagógico. Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Educação Escolar. Produção de Consenso.

Este trabalho tem como objeto de estudo o trabalho pedagógico da educação especial realizado na escola regular a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008 e objetiva apresentar resultados de pesquisa que possam contribuir com a necessária problematização do AEE para não retroceder a modelos mais segregativos, diante dos desafios enfrentados. Compreendemos que a educação, como processo de formação humana é a maneira pela qual a sociedade, em cada época, promove “[...] direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2015, p. 287). Partimos da compreensão sobre o trabalho pedagógico como trabalho e como formação humana, com base na Pedagogia Histórico-Crítica e na perspectiva Histórico-cultural (MARX, 2017; GRAMSCI, 2015; VIGOTSKI, 2021; SAVIANI, 2013; DUARTE, 2017).

Como prática social, a educação compõe o espectro da sociabilidade à qual se integra, que na atualidade é a forma social capitalista. Consequentemente, a educação escolar está articulada nos limites desse projeto social, concebida nos moldes de formação unilateral (DUARTE, 2017), isto é, na formação necessária ao modo de produção social vigente, sem levar em conta o desenvolvimento humano em suas múltiplas dimensões (MARX, 2017). Nesta direção a educação escolar assume o papel de disseminação dos conhecimentos, sabidamente aqueles determinados pelas classes dominantes e sua distribuição desigual nesta sociabilidade capitalista (FREITAS, 2014).

A política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) integra as políticas educacionais em geral (GARCIA, 2017), portanto corrobora com a mesma função da educação escolar nesta conjuntura. Com esse entendimento, expandimos a mesma crítica ao AEE, proposto pela PNEEPEI, articulado a essa formação unilateral (DUARTE, 2017). Com isto, inferimos que o trabalho complementar do AEE assume a função da adequação necessária à sociabilidade vigente, pautando o trabalho de professores no uso de recursos pedagógicos e de acessibilidade (BRASIL, 2009), para que os sujeitos usufruam de alguma maneira da educação escolar que é ofertada. E, ao desenvolver algumas habilidades, possam em alguma medida participar da produção e/ou do consumo de bens produzidos. Com esta compreensão duas questões que nos acompanharam nesta pesquisa: *o que pode expressar resistências à forma escolar burguesa, no trabalho pedagógico da EE na escola regular; que pistas nos possibilitam problematizar a educação especial com vistas à educação especial escolar pública, estatal, gratuita e de qualidade socialmente referenciada?* Com isso objetivamos apreender as concepções que fundamentam o trabalho pedagógico na escola regular, destinado aos estudantes da Educação Especial, matriculados na educação básica, a partir da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Compreendemos a realidade como totalidade, a partir do materialismo histórico-dialético (MARX, 2017) e que, portanto, abriga contradições e forças em luta, por conquistar e/ou manter a hegemonia (GRAMSCI, 1015). Nesta perspectiva ancoramos nossa

investigação e a análise, ao compreender o trabalho pedagógico em sua totalidade, na educação geral e, em particular, na educação especial. Tendo isto em conta, desenvolvemos nossa investigação com a consciência da necessidade de contribuir para com investimentos em espaços de crítica e de resistência ao pensamento hegemônico, na direção de uma educação escolar pública, gratuita e estatal, sem discriminação de qualquer ordem. Entendemos que a identificação de dissensos em todos os níveis e formas pode favorecer a formulação de um bom senso, no sentido gramsciano, para constituir uma proposta educacional unitária, orgânica e coerente com vistas a uma formação humana multifacetada, omnilateral (MARX, 2017). Para isso, consideramos essencial a formação de sujeitos coletivos que defendam e disseminem tais ideias, assim como a intelectualização dos professores, pela problematização da realidade de forma crítica. E, neste sentido, o acesso ao conhecimento mais evoluído, produzido e acumulado pela humanidade favorece a tomada de consciência, que permite vislumbrar transformações na esteira da formação para a emancipação humana.

Como procedimentos de pesquisa, utilizamos análise documental (BRASIL, 2008 a 2011), balanço de produção acadêmica, composto por teses e dissertações (2010 a 2019) e depoimentos do grupo focal, com professores que atuam no AEE em uma rede municipal de educação (2021).

Os trabalhos do balanço da produção científica selecionada e os depoimentos do GF apresentam o AEE como complementar ou suplementar à educação escolar do público da educação especial, por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras à participação nas atividades escolares, tal como está previsto nos documentos oficiais (BRASIL, 2008, 2009, 2011). Em alguma medida, tanto os trabalhos acadêmicos, quanto os depoimentos do GF avalizam o trabalho pedagógico, organizado com base na educação especial na perspectiva inclusiva na escola regular. Embora reconheçam, em alguma medida, os limites em relação à escolarização dos estudantes, não questionam esta política de 2008.

A apreensão das concepções que ancoram o trabalho pedagógico da educação especial, na forma do AEE, com base na PNEEPEI de 2008 foi possibilitada pela sistematização de dados que compõem a sua caracterização, em sua forma, conteúdo e finalidade, assim como em relação ao lócus de seu desenvolvimento. Identificamos as concepções médico-pedagógica e psicopedagógica (JANNUZZI, 2004), assim como a concepção liberal de educação, que baseia a pedagogia tecnicista (SAVIANI, 2005), ainda que alguns trabalhos acadêmicos se baseiem na perspectiva histórico-cultural (MARTINS, 2011) e a pedagogia Histórico-Crítica (SAVIANI, 2015).

Desde o princípio de nossa análise identificamos a coexistência de duas ênfases no trabalho pedagógico da Educação Especial, quais sejam, o foco na especificidade e a multifuncionalidade do AEE na escola regular, o que inferimos como uma contradição para a realização do trabalho pedagógico da educação especial na escola regular. A ênfase na

peculiaridade da condição humana está alicerçada nas concepções médico-pedagógica ou psicopedagógica da educação especial, o que pressupõe trabalho docente especializado, individualizado, com foco no sujeito e seu diagnóstico, dando um caráter terapêutico ao trabalho pedagógico, minimizando e/ou negligenciando o currículo escolar. A ênfase na multifuncionalidade do AEE tem como foco os recursos materiais, pedagógicos e de acessibilidade à escola, independentemente da condição humana do estudante e seu processo de desenvolvimento. Com isto, o trabalho pedagógico exige uma atuação docente de cunho generalista, polivalente, ou um professor multifuncional (VAZ, 2017), para providenciar recursos que permitam aos estudantes da educação Especial se adaptarem à forma escolar onde estiverem inseridos.

A socialização e o cuidado como conteúdo da educação especial na forma do AEE na escola regular podem reduzir o trabalho pedagógico à capacitação do sujeito para a vida social (JANNUZZI, 2004). O AEE com a finalidade de desenvolvimento de habilidades mínimas para a inserção e permanência dos estudantes da educação especial no meio social restringe o trabalho pedagógico à formação de hábitos. A crítica que identificamos e da qual compartilhamos se refere ao assistencialismo, que não alimenta expectativa de desenvolvimento humano.

Identificamos as concepções médico-pedagógica e psicopedagógica (JANNUZZI, 2004), seja pelo diagnóstico clínico como parâmetro para caracterização do público da educação especial, seja por vincular o trabalho pedagógico diretamente à condição humana do estudante, no desenvolvimento de habilidades isoladamente, visando a superação de aspectos considerados limitadores ao processo escolar. Todavia, foi possível também identificar a perspectiva histórico-cultural, com base em Vigotski (2021), como fundamento proposto ao trabalho pedagógico da educação especial, pela mediação na zona de desenvolvimento eminente, considerando-se a condição humana peculiar dos estudantes.

Entretanto, um dos pontos de maior consenso para o trabalho pedagógico do AEE na escola regular constitui-se na mobilização e gestão recursos materiais e pedagógicos para remoção de barreiras à acessibilidade curricular em cumprimento dos direcionamentos oficiais (BRASIL, 2008, 2009, 2011), revelando perspectiva tecnicista da educação especial que visa à adaptação do seu público à ordem vigente. Consideramos, portanto, que a educação especial (BRASIL, 2008), na forma escolar burguesa, não objetiva o desenvolvimento humano integral, omnilateral (MARX, 2017).

Constatamos a defesa da articulação do trabalho pedagógico do AEE e da sala comum, cujos conteúdos estejam em consonância, ou minimamente que o conhecimento escolar constitua subsídios para o AEE. Contudo, o movimento mais contundente que identificamos para esta articulação de trabalho pedagógico está na proposta do trabalho colaborativo. Consideramos que esta mobilização põe em discussão a organização do AEE na escola regular, decretada pelos documentos oficiais (BRASIL, 2009, 2011), que prioriza a sala de recursos multifuncionais. Entendemos que o trabalho colaborativo abre possibilidades de

problematizar o trabalho pedagógico da educação especial na escola regular, por outro lado também poderá se constituir numa estratégia diversificada para consolidar a política de perspectiva inclusiva.

Ainda que as circunstâncias apresentem desafios à escolarização dos estudantes da educação especial, como o que expomos acima, há consenso para a implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, o qual pudemos identificar ao proceder a análise dos dados da pesquisa. Contudo, a perspectiva dialética na análise, considerando a categoria de totalidade e da contradição nos permitiu identificar dissensos, que em diferentes níveis fazem oposição ao estabelecido, embora sem a potência que pressupúnhamos.

Com base nas apreensões feitas defendemos a tese de que a PNEEPEI (BRASIL, 2008), a partir de sua publicação constituiu, estabeleceu e disseminou um novo consenso na base liberal, formulado com apropriação das influências teóricas e metodológicas que são históricas da educação especial, mediado por um processo político de conformação a esse pensamento, articulado mediante consentimento ativo (GRAMSCI, 2015), por capilaridade, desde a atuação docente à produção acadêmica.

Almejamos que a problematização da PNEEPEI de 2008, nos limites aqui desenvolvidos abra possibilidades com vistas à formulação de pautas coletivas e orgânicas à perspectiva crítica no sentido de favorecer a consciência sobre o consenso já estabelecido em relação ao trabalho pedagógico desenvolvido, especialmente na forma de AEE, em defesa de uma formação humana omnilateral, em projeto societal e educacional anticapitalista.

REFERENCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008.

DUARTE, N. Educação escolar e formação humana omnilateral na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. **Crise capitalista e educação brasileira**, p. 101-122, 2017.

GARCIA, R. M. C. Disputas conservadoras na política de educação especial na perspectiva inclusiva. **Políticas de Educação Especial no Brasil do Início do Século XXI**. Florianópolis: UFSC/CED/NUP, p. 19-66, 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.1. Introdução ao estudo da filosofia – A filosofia de Benedetto Croce. 8ª Ed. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

JANNUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores associados, 2004.

MARTINS, L. M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar**: contribuições à

luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2011. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro 1: O processo de produção do capital. Trad Rubens Enderle. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. 37ª Edição. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Revista. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, v. 7, n. 1, p. 286-293, 2015.

VAZ, K. **O projeto de professor para a educação especial**: demandas do capital para a escola pública no século XXI. Tese (Doutorado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2017.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia, Educação e Desenvolvimento**: Escritos de L. S. Vigotski. Trad e organização de Zoia Prestes e Elizabeth Tunes. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2021.